

São Paulo

DATA MERCANTIL

R\$ 2,50

Sexta-feira, 08 de dezembro de 2023

Edição N° 921

datamercantil.com.br

Mercosul assina acordo de livre comércio com Singapura

Depois de cinco anos de negociações, os países membros do Mercosul e Singapura assinaram nesta quinta-feira acordo de livre comércio, o primeiro do bloco com um país asiático. Foi o primeiro acordo comercial concluído pelo Mercosul desde 2011.

O MDIC (Ministério da Indústria, Comércio e Serviços) estima que o acordo pode ter um impacto acumulado de R\$ 28 bilhões no PIB brasileiro até 2041, além de garantir R\$ 11 bilhões em investimentos no período.

O acordo prevê, a partir de sua entrada em vigor, a eliminação imediata das tarifas cobradas sobre todos os produtos importados por Singapura do Mercosul. Já o Mercosul concederá isenção a 95,8%

das mercadorias do país asiático, mas de forma gradativa, em um prazo de até 15 anos.

Em 2022, Singapura foi o 7º principal destino das exportações brasileiras de bens e a 44ª origem das importações totais do Brasil. A corrente de comércio entre Brasil e Singapura somou US\$ 9,4 bilhões, com superávit de US\$ 7,4 bilhões para o Brasil.

Singapura é o principal destino das exportações brasileiras de óleos combustíveis; quinto principal mercado de carne suína; sexto para as vendas de ferro-gusa e ferros ligas; o sétimo para óleos brutos de petróleo e o oitavo para carnes de aves.

“Singapura é o 11º investidor global, tem uma localização estratégica, sendo uma porta de entrada para a Ásia, em particular para a Asean

(Associação da Nações do Sudeste Asiático)”, disse, em nota, o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin.

“Essa integração fortalece os laços econômicos entre o Brasil e uma região de grande dinamismo econômico-comercial, criando oportunidades de exportações e investimentos”, afirmou.

Fazem parte da Asean, além de Singapura: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã.

As negociações em torno do acordo foram concluídas neste ano, sob a liderança do Brasil na Presidência Pro Tempore do bloco, após finalizadas as tratativas em temas como serviços, investimentos, compras governamentais e comércio eletrônico. Folhapress



Economia



Privatização da Sabesp só deve ser concluída em julho de 2024

Página - 03

União paga R\$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

Página - 03



Mulheres podem ser melhores negociadoras do que os homens, diz estudo

Página - 05

Executiva mineira será a primeira mulher a presidir gigante da mineração no Brasil

Pág - 05



Política

Haddad ganhou crédito por entregar resultado melhor do que o esperado, diz Citi

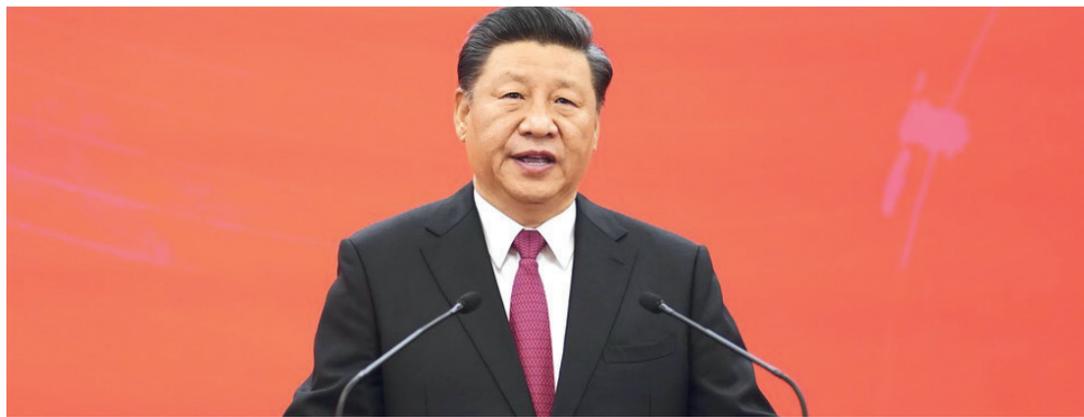
Página - 04

PSDB em SP avança por candidatura de Matarazzo, mas vereadores querem Nunes

Página - 04

No Mundo

Xi fala para China e Europa não entrarem em confronto em primeira cúpula presencial em 4 anos



Na primeira cúpula presencial de China e União Europeia em quatro anos, na quinta-feira (7), o dirigente do país asiático, Xi Jinping, falou aos principais líderes do bloco para que as duas partes do encontro não se vejam como rivais nem “se envolvam em confronto” por causa de suas diferenças.

Embora ambos tenham saído da reunião em Pequim de acordo com a necessidade de uma relação comercial mais equilibrada, questões primordiais como a Guerra da Ucrânia uma das principais fontes de tensão entre China e Europa ficaram em aberto.

Durante a cúpula, Xi de-

fendeu “uma resposta conjunta aos desafios globais”, e insistiu na importância da “confiança política” entre as duas partes. Já a presidente da UE, Ursula von der Leyen, disse que a China é o principal parceiro comercial do bloco. “Temos uma relação complexa com a China, que merece debates francos e abertos para aprofundar o entendimento mútuo”, afirmou ela.

China e a UE intensificaram sua aproximação diplomática este ano com a intenção de fortalecer a recuperação pós-pandemia e restabelecer os seus laços. Desde que Pequim suspendeu as restrições relacionadas à crise sanitária, vários co-

missários do bloco visitaram o país, incluindo os chefes de comércio e clima. As reuniões desta quinta foram a última chance de os líderes da UE terem contato pessoal com as autoridades chinesas no atual mandato, antes de as eleições para o Parlamento Europeu no próximo ano mudarem a chefia do bloco de 27 nações.

Algumas ações dos últimos dias mostraram a relação dúbia entre China e Europa. Às vésperas do encontro, por exemplo, a Itália informou oficialmente a China que está deixando a Iniciativa do Cinturão e Rota, segundo disseram fontes do governo italiano à agência de notícias Reuters na quarta-feira (6). Folhapress

Cerca de 600 norte-coreanos repatriados da China desapareceram, avisa grupo



Cerca de 600 norte-coreanos “desapareceram” após terem sido repatriados da China para o país comunista isolado, onde “provavelmente enfrentarão prisão e abusos nas mãos das autoridades”, alertou hoje um grupo de direitos humanos.

Nenhuma comunicação foi estabelecida com os norte-coreanos desde que foram deportados à força da China em outubro. Segundo o TJWG (Grupo de Trabalho sobre Justiça Transicional), com sede em Seul, na Coreia do Sul, essa foi a maior repatriação em massa em anos.

As identidades da maioria dos norte-coreanos repatria-

Helicóptero da Guiana é encontrado e há sinais de vida, diz Exército

O helicóptero do Exército da Guiana que havia desaparecido perto da fronteira com a Venezuela com sete pessoas a bordo na quarta-feira (6) foi encontrado na quinta (7) com sinais de vida dos tripulantes, segundo o departamento de informações de Georgetown.

Condições climáticas desfavoráveis impediram que a operação de resgate fosse concluída, de acordo com as Forças Armadas, mas uma nova tentativa será feita às 12h45 locais.

O momento é de alta tensão entre as Guiana e Venezuela, que disputam o território rico em petróleo de Essequibo, atualmente sob controle de Georgetown. Ainda não é possível afirmar, porém, a causa do acidente, que aconteceu em condições meteorológicas adversas, segun-

do o chefe das Forças Armadas da Guiana, Omar Khan.

De acordo com o militar, a aeronave perdeu contato na região em disputa, a 45 quilômetros da fronteira entre os dois países. Ele afirmou que as atuais informações não indicam o envolvimento de Caracas no caso, e acrescentou que o tempo estava ruim.

“Estamos considerando todas as possibilidades”, afirmou. “Não temos nenhuma informação que sugira a existência de algum voo de uma aeronave venezuelana naquela área.” Segundo a imprensa local, o helicóptero Bell 402 era pilotado pelo capitão Mike Charles e levava o coronel Michael Shahoud, o brigadeiro aposentado Gary Beaton, o tenente-coronel Sean Welcome, o sargento Jason Khan, o tenente-coronel Andio Michael Crawford e o cabo Dwayne Jackson. Folhapress



dos permanecem desconhecidas, embora se estime que mais de 70% sejam mulheres, segundo apurou a NBC.

Considerados criminosos e traidores pelo regime norte-coreano, eles provavelmente enfrentarão tortura e violência sexual e de gênero, prisão em campos de concentração, abortos forçados e execuções, afirmou o grupo, segundo informações da NBC News.

A retomada das deportações de norte-coreanos da China, uma prática que dura há décadas, foi possível graças à reabertura das fronteiras da Coreia do Norte em agosto, após três anos de isolamento por conta da pandemia. Nem o governo

chinês e nem o norte-coreano reconheceram diretamente a deportação em massa. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da China disse que não havia “desertores” na China e que Pequim sempre tratou a questão segundo o direito interno e internacional. A China nunca reconheceu os refugiados norte-coreanos como desertores, rotulando-os de “migrantes econômicos”, que estão no país “ilegalmente”.

Em 9/11, centenas de norte-coreanos foram vistos sendo transportados em ônibus e vans fortemente vigiados de centros de detenção chineses para cinco pontos de passagem na fronteira com a Coreia do Norte, disse o TJWG.

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Privatização da Sabesp só deve ser concluída em julho de 2024



A aprovação do projeto de lei da privatização da Sabesp autorizou o governo de São Paulo a dar a largada em um processo que ainda deve se estender por meses.

A desestatização de fato só se dará quando o estado diminuir sua participação acionária na companhia, operação prevista para ocorrer entre o meio e o fim de 2024.

Até lá, uma série de etapas precisa ser concluída. Algumas meramente burocráticas, como a sanção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao projeto de lei. Outras decisivas, como o aval dos 375 municípios para a renegociação e prorrogação dos contratos com a Sabesp.

Com o sinal verde concedido pela Assembleia Le-

gislativa na quarta-feira (6), o projeto de lei segue para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para a revisão final. Em seguida, o presidente da Casa, André do Prado (PL), assina o documento e encaminha para sanção de Tarcísio, que tem 15 dias para analisar.

Segundo Natália Resende, secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do estado de São Paulo, o governo deve optar pela sanção integral, acatando todas as 26 emendas feitas pelos deputados.

Sancionado, o documento é publicado no Diário Oficial do Estado, e o projeto é convertido em lei.

Em paralelo, o governo dá prosseguimento a uma agenda de reuniões com os 375 municípios atendidos

pela Sabesp. De acordo com Resende, cada cidade terá seu próprio anexo.

O objetivo das rodadas de discussão é definir as obras obrigatórias, indicadores e metas que estarão definidas nos contratos.

Esta etapa de discussão inclui também uma fase de audiência e consulta pública --que o governo calcula por volta de fevereiro ou março de 2024--, para que os documentos construídos com os municípios sejam escrutinados.

Encerrada a etapa de audiência, os documentos vão para as Urae (Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário), que reúnem os municípios em uma espécie de conselho deliberativo regional.

Thiago Bethônico/Folhapress

Entidades de energia contestam acordo bilionário entre TCU e turca KPS



O acordo que revê o contrato de fornecimento de energia da empresa turca Karpowership no Brasil foi aprovado na quarta-feira (6) pelo TCU (Tribunal de Conta da União). A corte considera a negociação um sucesso, argumentando que conseguiu reduzir o custo para quem paga a conta de luz.

Em um movimento incommon, as entidades de defesa do consumidor e especialista do setor contestaram publicamente o TCU, principal órgão de controle das contas públicas do país.

O ministro relator do processo, Benjamin Zymler destacou que a negociação levou a um benefício financeiro para o consumidor da ordem de

União paga R\$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

O Tesouro Nacional pagou, em novembro deste ano, R\$ 1,07 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte - R\$ 731,96 milhões - é relativa a atrasos de pagamento do governo estadual do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 221,52 milhões do Rio Grande do Sul e R\$ 76,51 milhões de Goiás.

A União também cobriu, no mês passado, R\$ 39,67 milhões de dívidas de Minas Gerais e R\$ 70 mil de débitos do município de Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado nesta quinta-feira (7), em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente

em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R\$ 10,776 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 3,923 bilhões couberam ao estado do Rio de Janeiro, R\$ 2,919 bilhões a Minas Gerais, R\$ 1.334 bilhão ao Rio Grande do Sul e R\$ 844,33 milhões a Goiás.

O governo federal também cobriu garantias - ao longo de 2023 - do Maranhão (R\$ 681,40 milhões), de Pernambuco (R\$ 645,03 milhões), do Piauí (R\$ 334,22 milhões) e do Espírito Santo (R\$ 61,72 milhões). Em relação aos municípios, o Tesouro Direto quitou R\$ 32,82 milhões de dívidas em atraso de Taubaté (SP) e R\$ 240 mil de Santanópolis.

Welton Máximo/ABR



R\$ 1,6 bilhão, considerando na conta as multas que a KPS vai pagar, e que também foram revistas caindo de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 336,2 milhões.

Em contraposição a Abrace Energia, entidade que representa os maiores consumidores do Brasil, lembra que o contrato original previa a geração de 199 MWmed (mega-watts médios) por um período de 44 meses, sendo o custo total deste contrato de R\$ 11,2 bilhões. Afirmou em nota que, se o contrato tivesse sido rescindido, como previa a lei, os consumidores não iriam pagar aqueles R\$ 11,2 bilhões e ainda receberiam R\$ 1,1 bilhão via redução de encargo por causa do pagamento da multas.

“A decisão do TCU re-

duziu a multa em R\$ 770 milhões, garantiu um contrato de 44 meses com uma geração firme de apenas 29 MWmed, sendo o custo total de operação estimado em R\$ 9,2 bilhões”, destacou a entidade.

Somando o perdão da multa e o preço que será pago, o custo para os consumidores será da ordem de R\$ 9,97 bilhões. Na prática, o consumidor vai pagar mais por menos.

“No entendimento da Abrace esse assunto poderia ter sido resolvido pela Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], que tinha todos os elementos para fechar essa questão no âmbito administrativo, com enormes ganhos para os consumidores”, destacou a entidade em nota.

Alexa Salomão/Folhapress

Política

Haddad ganhou crédito por entregar resultado melhor do que o esperado, diz Citi



O economista-chefe do Citi Brasil, Leonardo Porto, afirmou na quinta-feira (7) que os dados econômicos melhores que o esperado em 2023 dão credibilidade à equipe econômica do ministro Fernando Haddad (Fazenda) e abrem espaço para uma taxa de juros terminal maior do que a prevista pela maioria do mercado.

Ao início do ano, a previsão era que o PIB do Brasil iria crescer menos de 1%. Agora, se espera uma alta de 2,84%, segundo o boletim Focus. O Citi prevê uma taxa de crescimento ainda maior, de 3,1%.

“O PIB, mesmo em desaceleração, veio melhor que o esperado [...] O ministro Haddad ganhou, em parte, crédito de ter entregado resultados

melhores do que se imaginava”, afirmou Porto, na quinta-feira (7) em encontro com jornalistas.

No terceiro trimestre deste ano, o PIB subiu 0,1%, enquanto economistas esperavam contração de 0,3%. Segundo Porto, o Brasil se beneficiou de um cenário macroeconômico global mais favorável do que o esperado, mesmo com a alta nas taxas de juros de países desenvolvidos, e de uma política monetária bem-sucedida, que permitiu que o Banco central desse início ao ciclo de cortes nos juros antes que os pares internacionais.

Após a divulgação do PIB, Haddad cobrou o BC por cortes de juros. “Tivemos um PIB positivo, mas fraco. Com o corte nas taxas de juros, nós

esperamos o PIB com mais de 3% de crescimento [em 2023] e um crescimento na faixa de 2,5% no ano que vem. Mas o BC precisa fazer o trabalho dele”, disse o ministro.

Para 2024 a 2027, o Citi projeta um crescimento do PIB de 1,5% a cada ano. Com relação à Selic, o Citi projeta que ela caia dos atuais 12,25% ao ano para 10% no ano que vem e que permaneça nesse patamar até 2027. Já a pesquisa Focus projeta a taxa básica de juros em 9,25% no próximo ano e em 8,50% em 2025 e em 2026.

Apesar da discussão ao redor das metas do arcabouço que elevaram a percepção de risco quanto ao cenário fiscal brasileiro, o economista ainda não vê consequências práticas.

Júlia Moura/Folhapress

Indicado de Lula para Defensoria Pública avança no Senado



A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou na quarta (6), por 19 votos a 0, o nome do defensor Leonardo Magalhães para o comando da DPU (Defensoria Pública da União). A votação no plenário da Casa está prevista para semana que vem.

Magalhães foi indicado por Lula (PT) no final do mês passado depois que o Senado rejeitou o indicado anterior, Igor Roque --em um recado de insatisfação dos senadores ao governo.

Leonardo Magalhães foi o terceiro colocado na lista tríplice elaborada pela carreira no final do ano passado, com 277 votos. Roque aparecia em segundo lugar, com

PSDB em SP avança por candidatura de Matarazzo, mas vereadores querem Nunes

Empenhada em fomentar o projeto do governador gaúcho, Eduardo Leite, para a eleição presidencial de 2026, a cúpula do PSDB em São Paulo definiu como prioridade lançar um candidato próprio à prefeitura da capital e avança na negociação com Andrea Matarazzo, mas enfrenta resistência da bancada de vereadores, que defende o apoio dos tucanos à reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Há ainda uma terceira opção em jogo, que é o apoio à candidatura de Tabata Amaral (PSB).

Tucanos ouvidos pela reportagem afirmam que essa disputa interna deve ser arbitrada só no ano que vem e preveem o desenrolar de mais uma novela na sigla já combatida pelos rachas internos e pelo encolhimento eleitoral.

Interlocutores do ex-secretário municipal e ex-vereador Andrea Matarazzo, que hoje é filiado ao PSD, afirmam que ele está empolgado com a possibilidade da

candidatura e até já começou a pensar em possíveis nomes para sua equipe.

Na última quinta-feira (30), Marconi Perillo (GO) foi eleito presidente nacional do PSDB e, apesar de ter sido uma indicação do deputado federal Aécio Neves (MG) em uma disputa interna de força com Leite, ele está comprometido com a projeção eleitoral do gaúcho.

Na gestão anterior, presidida pelo próprio Leite, o PSDB publicou uma resolução, no dia 3 de outubro, determinando que o partido apresente candidato próprio a prefeito nos municípios com mais de 100 mil eleitores.

O texto diz ainda que as candidaturas nesses municípios, como é o caso de São Paulo, devem ser autorizadas pela executiva nacional.

Segundo integrantes do PSDB, o convite a Matarazzo foi feito pelo próprio Aécio, que depois promoveu um encontro entre o ex-secretário e Leite, em que mais uma vez o projeto de candidatura foi reforçado.

Carolina Linhares/Folhapress



290 votos, e Daniel Macedo em primeiro, com 507.

Aparalisia no comando da DPU começou em novembro do ano passado, quando Jair Bolsonaro (PL) reconduziu Macedo. Visto pelo atual comando do Palácio do Planalto como bolsonarista, ele teve a indicação retirada e foi substituído por Roque em maio.

Roque, no entanto, acabou reprovado em outubro por 38 votos contra e 35 a favor após meses de desgaste entre o governo o Senado. Publicamente, ele também se tornou alvo de bolsonaristas depois que a DPU organizou um seminário sobre aborto legal.

Durante a sabatina de Magalhães nesta quarta, a senadora Damares Alves (Re-

publicanos-DF), pediu para que Roque “não desanime”. A senadora disse que ele não foi aprovado “por uma questão mais delicada, mais de visão mesmo, de visão ideológica”.

“E queria mandar um recado para o Igor: que ele não desanime, ele é um grande jurista, é um grande defensor. Eu sei que é um momento muito ruim. E, se acontecer com o senhor, não desanime, continue a sua carreira, continue”, disse Damares a Magalhães.

O novo indicado também foi questionado pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição, por um trecho de sua dissertação de mestrado em que menciona, segundo o parlamentar, “pessoas oprimidas pela ordem neoliberal”.

Folhapress

Executiva mineira será a primeira mulher a presidir gigante da mineração no Brasil



A mineira Ana Sanches assumiu na terça-feira (5) a presidência da Anglo American no Brasil. A segunda maior mineradora do país gera 12 mil empregos diretos e indiretos e tem investimentos previstos de R\$ 12 bilhões até 2027. Ana era diretora financeira das Divisões Técnica, Sustentabilidade, Projetos e Desenvolvimento na sede global da Anglo American, em Londres.

Ela agora vai chefiar o Minas-Rio (a operação de minério de ferro da empresa no Brasil), Codemin e Barro Alto (exploração de níquel).

Com 11 anos de empresa, ela substituiu o holandês Wilfred Brujin. Ana Sanches assume o posto com o objetivo de reduzir em 30% a emissão de gases do efeito estufa nas

plantas operacionais da Anglo American até 2030.

“Em alinhamento a esses objetivos, realizamos a assinatura de contratos de compra e de autoprodução de eletricidade, o que possibilitou uma matriz de energia elétrica 100% renovável nas operações do Brasil”, disse.

Fundada em 1917, a Anglo American emprega 62.350 pessoas ao redor do mundo, segundo a Forbes. No ano passado, teve lucro de US\$ 4,4 bilhões (R\$ 21,5 bilhões pela cotação atual), com faturamento de US\$ 41,5 bilhões (R\$ 203,4 bilhões).

A multinacional completou, em 2023, 50 anos de atuação no Brasil.

“Seguiremos focados rumo a uma transformação do setor mineral, em busca de processos operacionais ainda

mais eficazes e inovadores e seguros. Esperamos ser cada vez melhores nas relações com as comunidades e ainda mais responsáveis com a preservação ambiental”, afirmou a executiva, por meio da assessoria de imprensa da companhia.

Formada em economia pela UFMG e em ciências contábeis pela Fumec (Fundação Mineira de Educação e Cultura), Ana Sanches tem 26 anos de experiência em auditoria, planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios.

Em 2018, foi nomeada como uma das mulheres mais influentes na mineração global pelo Women in Mining e, em 2019, ganhou o prêmio Equilibrista do Ibef-MG, como diretora financeira de destaque.

Mulheres podem ser melhores negociadoras do que os homens, diz estudo

A imagem mais comum de negociações é a de dois homens apertando as mãos. Mas um estudo da Universidade Duke, nos Estados Unidos, pretende mudar essa visão ao mostrar que mulheres podem ser melhores negociadoras do que seus colegas masculinos.

O senso comum diz que é preciso assertividade em negociações, principalmente as de soma zero -na qual o importante é maximizar os ganhos sem se importar com a outra parte. Essa característica é atribuída a homens, consequentemente considerados melhores negociadores do que as mulheres.

A pesquisa, publicada no Journal of Applied Psychology e feita pela professora Ashleigh Shelby Rosette da Fuqua School of Business da Universidade Duke, Anyi Ma da Wisconsin School of Business e Rebecca Ponce de Leon da Columbia Business School, mostra que não é bem assim.

“Ser muito assertivo pode dificultar a chegada a um acordo e isso pode ser custoso quando você não tem outras opções”, disse Rosette. O estudo mostra que o estilo das mulheres fazerem negócios pode evitar que negociações entrem em um impasse -o que gera consequências econômicas, sociais e de reputação.

Estudos existentes avaliam o sucesso das negociações a partir do valor de um acordo, mas, para as pesquisadoras, as taxas de impasses também são importantes e devem ter mais destaques. “Incorporamos os custos econômicos dos impasses nas medidas de desempenho na negociação para fornecer um exame mais abrangente dos resultados da negociação”, afirma a pesquisa.

A pesquisa aponta que é relevante a capacidade do negociador entender quando um acordo é melhor do que correr o risco de sair sem nada, uma vez que de 29% a 55% das negociações resultam em impasse.

Victoria Macedo/Folhapress



Advogada cria fundo para promover o acesso à justiça e combater o racismo



O racismo é a principal discriminação no ambiente de trabalho, com três em cada quatro empresas apontando tal motivo como o mais recorrente em seus ambientes. Esse dado é de um levantamento da empresa francesa de RH Cegos com mais de 4 mil funcionários em vários países, incluindo o Brasil.

De olho no acesso à justiça no país e no combate ao racismo, Juliana Souza, fundadora do Instituto Desvelando Oris, criou o Fundo Esperança Garcia em conjunto com o Secretariado Técnico de Pinheiro Neto Advogados e o TozziniFreire Advogados - que deve ser lançado oficialmente em agosto deste ano.

O nome do fundo faz homenagem à Esperança Garcia, reconhecida pela OAB como a primeira advogada do Brasil. Sendo uma mulher escravizada, Garcia denunciou os maus tratos e abusos que sofria de seu senhor por meio de uma carta ao governador da província de São José do Piauí. Apesar de nunca ter frequentado uma faculdade, ela foi reconhecida como advogada pela OAB em 2022 pela sua carta ser uma das primeiras petições jurídicas feitas no país. O objetivo do projeto é capacitar pessoas para exercer a advocacia antirracista, oferecer assistência jurídica gratuita para vítimas de crimes raciais e correlatos e a orientação dos direitos das

pessoas sobre seus direitos envolvendo discriminação e a denúncias de casos discriminatórios. “É fundamental esse trabalho de formação e comunicação de quais são os direitos das pessoas que sofreram violações discriminatórias”, diz Juliana Souza. “As pessoas precisam ter conhecimento de que sofreram uma violação antes para buscar reparar o dano.”

A capacitação de profissionais na advocacia antirracista, por sua vez, consiste em formações híbridas para habilitar advogados, negros e não negros, a atuar especialmente em crimes de cunho racial e correlatos - como a LGBTfobia, que é juridicamente equiparada ao racismo.

Forbes



Publicidade Legal

Terral Agricultura e Pecuária S.A.

CNPJ nº 11.909.208/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Ativo											
Circulante	201.151	203.399	239.259	201.803							
Caixa e equivalentes de caixa	60.378	84.030	(193.577)	(157.023)	Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	(6.460)	1.745	Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos tributos sobre lucro	(21.415)	43.094	
Títulos e valores mobiliários	1.000	1.750	(30.036)	19.314	Resultado financeiro	(20.005)	(2.395)	Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa: Depreciação e amortização	16.408	14.927	
Contas a receber de clientes	34.670	14.532			Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(21.415)	43.094	Depreciação do direito de uso	177	105	
Estoques	28.939	18.881	Lucro bruto	15.646	64.094			Valor residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	547	423	
Ativos biológicos	68.265	70.624	Receitas (despesas) operacionais					Instrumentos financeiros não realizados	1.213	(2.193)	
Tributos a recuperar	3.506	4.068	Despesas comerciais	(1.903)	(1.565)	IRPJ e CSLL diferidos	14.012	3.394	Provisão para contingências	1.541	5.387
Instrumentos financeiros derivativos	2.905	4.118	Despesas gerais e administrativas	(15.984)	(14.937)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(7.403)	44.092	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	7	
Outras contas a receber	1.488	5.396	Outras (desp.) receitas operacionais, líquidas	831	(2.103)	Result. básico e diluído por ação - em R\$	(0,067)	0,399	Var. no valor justo dos ativos biológicos	30.037	(19.315)
Não circulante	18.460	11.527	Lucro (prejuízo) operacional	(1.410)	45.489			Juros, variação monetária, líquidos	49.512	49.603	
Realizável a longo prazo			Receitas financeiras	8.413	3.808			Variações nos ativos e passivos:			
Títulos e valores mobiliários	187	166	Despesas financeiras	(21.960)	(7.948)			Títulos e valores mobiliários	729	(516)	
Tributos a recuperar	17.341	10.150	Variações cambiais, líquidas	2	-			Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(20.145)	(14.532)	
Depósitos judiciais	932	1.211						Estoques	(10.058)	(6.513)	
Ativos biológicos	49.826	45.290						Tributos a recuperar	(6.629)	3.464	
Imobilizado	208.643	204.026						Outros contas a receber	(677)	(4.274)	
Intangível	90	130						Ativos biológicos	(32.214)	(27.486)	
Direito de uso	216	335						Depósitos judiciais	279	(34)	
Total do ativo	277.235	261.308						Fornecedores	869	1.480	
Passivo e patrimônio líquido	478.386	464.707						Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(329)	(1.185)	
Circulante	231.450	183.840						Tributos a recolher	(2.731)	(1.092)	
Fornecedores	5.194	4.325						Passivo de bens arrendados	(165)	(160)	
Empréstimos e financiamentos	202.630	153.840						Outras obrigações	(55)	(119)	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.209	5.538						Provisão para contingências	(939)	(589)	
Tributos a recolher	1.183	1.190						Total do passivo	265.105	232.270	
Passivo de bens arrendados	204	146						Patrimônio líquido	213.281	232.437	
Outras obrigações	76	131						Capital social	142.125	138.756	
Juros sobre capital próprio a pagar	16.954	18.670						Reservas de lucros	71.156	93.681	
Não circulante	33.655	48.430						Total do passivo e patrimônio líquido	478.386	464.707	
Empréstimos e financiamentos	2.383	3.578									
Passivo de bens arrendados	19	189									
Tributos diferidos	25.853	39.865									
Provisão para contingências	5.400	4.798									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional. (a) Informações gerais. A Terral Agricultura e Pecuária S.A. ("Companhia" ou "Terral") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Matão, estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de laranja *in natura* e a criação e abate de gado bovino. Atualmente opera suas fazendas no estado de São Paulo e no estado de Minas Gerais. **(b) Situação financeira e planos da diretoria.** A Companhia tem um perfil de realizar investimentos importantes tanto na manutenção de sua capacidade produtiva quanto na expansão de suas lavouras permanentes e expansão em negócios dentro da cadeia do Agro com vistas à verticalização. Nos últimos anos está estratégias tem sido afetada pelo aumento dos insumos agrícolas e agropecuários, motivos pelos quais apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 30.299, em 31/12/2022. Os planos da diretoria para restabelecer o nível adequado de liquidez estão alicerçados em novas linhas de créditos já disponíveis com vistas ao alongamento de parte significativa desses passivos para vencimento em 10 anos. A diretoria realiza periodicamente a revisão e ajuste da projeção para os próximos 5 anos, para o fluxo de caixa, despesas, investimentos e resultados de seus negócios de forma individual e consolidada. Esta projeção é construída sob o conceito de custos, despesas, volumes e preços atuais, congelados no tempo. Este conceito evidencia a

capacidade estática dos negócios e seu potencial de geração de caixa e amortização de dívida, especialmente tendo como base que alguns negócios contribuem neste momento com margem negativa. O resultado desta simulação mostra uma dívida líquida positiva ao fim do próximo ciclo de 5 anos, ou seja, excedente de caixa. Nesta simulação não foram considerados aportes de capital pelo acionista e nem tampouco alongamento de dívidas. A Companhia possui 6 áreas de negócio, 18 filiais operacionais e controla gerencialmente 11 demonstrações de resultados distintas de modo a permitir uma gestão direta e objetiva onde atua. Em 31/12/2022, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a empresas em regime normal de operações, consequentemente, os ativos e passivos registrados nessas datas refletem a sua melhor estimativa de realização em um contexto de continuidade operacional de longo prazo. **(c) Aprovação das demonstrações financeiras.** A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 31/07/2023. **1.1 Principais eventos monitorados durante o exercício de 2022. (a) Conflito internacional entre Rússia e Ucrânia.** A Companhia continua monitorando os possíveis impactos diretos e indiretos relacionados ao conflito no leste europeu, entre a Rússia e a Ucrânia, como a inflação causada pelo aumento do preço de petróleo, alimentos, escassez de energia do mercado europeu e interrupção no fornecimento de fertilizantes. Os derivados do petróleo geram produtos químicos e a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo, sendo um importante exportador de insumos para fertilizantes, como nitrate, fósforo e potássio. Os fatores citados acima geraram uma alta no preço dos fertilizantes e causaram impacto no aumento dos custos e despesas atrelados aos derivados do petróleo e o aumento no valor dos estoques de material de consumo. Apesar desse aumento, até o presente momento a diretoria da Companhia não identificou impactos significativos em

suas operações, além do aumento nos custos e redução de sua liquidez, mantendo suas previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos, que fazem parte da cadeia de abastecimento de itens relacionados ao segmento alimentício. Os efeitos do conflito, não tiveram reflexos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022. Exceto os inflacionários experimentados por toda a cadeia produtiva. **(b) Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas.** Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de horas de frio prolongadas ou insuficientes, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. **2 Resumo das políticas contábeis significativas.** As principais políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as

Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (11.742) (4.072)
IRPJ e CSLL pagos (2.104)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (34.295) (8.129)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Aquisições de bens do ativo imobilizado (21.532) (21.630)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (21.532) (21.630)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos
Juros sobre capital próprio, pagos (6.160) (9.357)
Ingressos de empréstimos e financiamentos - principal 187.500 119.327
Amortização de empréstimos e financiamentos (149.165) (64.005)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos 32.175 45.965
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa (23.652) 16.206
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 84.030 67.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 60.378 84.030

áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras

DIRETORIA

Guilherme de Souza Santos - Diretor Presidente
Alessandra Fischer de Souza Santos - Diretora Executiva
Paulo Donizete Basilio Cardoso - Contador - CRC nº ISP 208019/0-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas **Terral Agricultura e Pecuária S.A., Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da Terral Agricultura e Pecuária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terral Agricultura e Pecuária S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase. Transações com partes relacionadas.** Chamamos atenção para a Nota 13 às demonstrações financeiras

que descreve que a Companhia mantém transações e saldos em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos. Valores correspondentes ao exercício anterior.** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras.** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 31/07/2023. **PricewaterhouseCoopers** **Rodrigo de Camargo**
Auditores Independentes Ltda. **Contador**
CRC 2SPO00160/O-5 CRC 1SP219767/O-1

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Athena Saúde Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 31.701.408/0001-14 – NIRE 35.300.522.681
 Edital de Convocação

Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 15 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração da **Athena Saúde Brasil S.A.** ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os senhores Acionistas da **Athena Saúde Brasil S.A.** ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 15/12/2023, às 18h00, de modo exclusivamente digital, por meio do aplicativo de videoconferência Zoom, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(a)** nos termos do Acordo de Investimento, celebrado pela Companhia, de um lado, e pela Alcantil Empreendimentos e Participações S.A., de outro, em 30/11/2023 ("Acordo de Investimento"), a criação de novas classes de ações preferenciais classe A e ações preferenciais classe B de emissão da Companhia, bem como a definição de suas características e permitir que Companhia possa emitir novas ações preferenciais, sem guardar proporção com as demais classes de ações de preferenciais já emitidas; **(b)** aumento da quantidade de ações que podem ser emitidas, independentemente de reforma estatutária, como capital autorizado da Companhia, para a inclusão das novas ações preferenciais classe A e classe B, com a consequente alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; **(c)** caso aprovada a matéria constante do item (a), o aumento do capital social da Companhia no valor de, no mínimo, R\$325.350.000,00 e, no máximo, de R\$451.276.394,79, mediante a emissão de até 117.979.409 novas ações preferenciais classe A, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,8250 por ação, com possibilidade de homologação parcial ("Aumento do Capital Social"); **(d)** caso aprovadas as matérias constantes dos itens (a) e (c), a abertura do prazo de exercício do direito de preferência de 30 dias para os acionistas da Companhia em relação ao Aumento do Capital Social, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações ("Direito de Preferência"); **(e)** caso aprovadas as matérias constantes dos itens (a), (c) e (d), de maneira a viabilizar a implementação do Aumento de Capital ora proposta, a prestação das seguintes garantias pela Companhia ou relacionados à Companhia, conforme previstas no Acordo de Investimento: (i) alienação fiduciária da totalidade das quotas de emissão do Hospital das Clínicas de Alagoins Lda. ("Hospital Alagoins") de titularidade da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis do Hospital Alagoins e da Athena Healthcare Holding S.A. (com nome fantasia Hospital do Coração de Natal); (iii) alienação fiduciária do imóvel Vitória Apart Hospital; e (iv) alienação fiduciária do imóvel Hospital Maranhense; **(f)** a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das deliberações propostas, se aplicável; e **(g)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relacionamento com Investidores – ri@athenasaude.com.br, com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro representante acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 06/12/2023. **Ana Teresa do Amaral Meirelles** – Presidente do Conselho de Administração. (06, 07 e 08/12/2023)

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/ME nº 30.498.377/0001-83 – NIRE nº 35.300.519.973

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2023

Data, Horário e Local: Aos 27/10/2023, às 11:00 horas, de maneira semipresencial, na sede social da Companhia e em endereço eletrônico indicado pela mesma. **Convocação e Presença:** Efetuada a convocação e recebidos os boletins de voto de 100% do capital social. **Mesa:** Presidência por Daniel Correa de Miranda e secretariada por Gabriel Lorandos Germani. **Ordem do Dia:** (i) Tomar conhecimento acerca do pedido de renúncia de membro do Conselho de Administração da Companhia ("CA") e em substituição (ii) eleger novo membro para o CA; e (iii) Aprovação do registro do pedido de licença CCP (Central Counterparty Clearing). **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. Tomar conhecimento do pedido de renúncia do Sr. **Alessandro Chagas Farias**, RG nº 12.939.543-0, IFRJ, e CPF/MF nº 087.550.247-42 do cargo de membro do Conselho de Administração; 2. Aprovar, em substituição ao pedido de renúncia, a eleição do Sr. **Jean Pierre Dupui**, RG nº 0.482.407-5 SSP/AM, CPF/MF nº 314.645.212-04 como membro do Conselho de Administração, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, permitida a reeleição; 2.1. O membro ora eleito afirma que conhece plenamente a legislação aplicável, incluindo, sem limitação os deveres dispostos na Lei das Sociedades por Ações, e declara que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que o vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; 2.2. Os acionistas presentes (assim como a Companhia) reconhecem que o eleito cumpre os requisitos legais e demonstraram validamente o cumprimento de tais requisitos, nos termos dos artigos 146 (incluindo o seu parágrafo segundo) e 147 da Lei das Sociedades por Ações; 3. Aprovar o registro do pedido de licença CCP (Central Counterparty Clearing); **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 27/10/2023. Daniel Correa de Miranda – Presidente da Mesa; Gabriel Lorandos Germani – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 458.986/23-9 em 04/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas

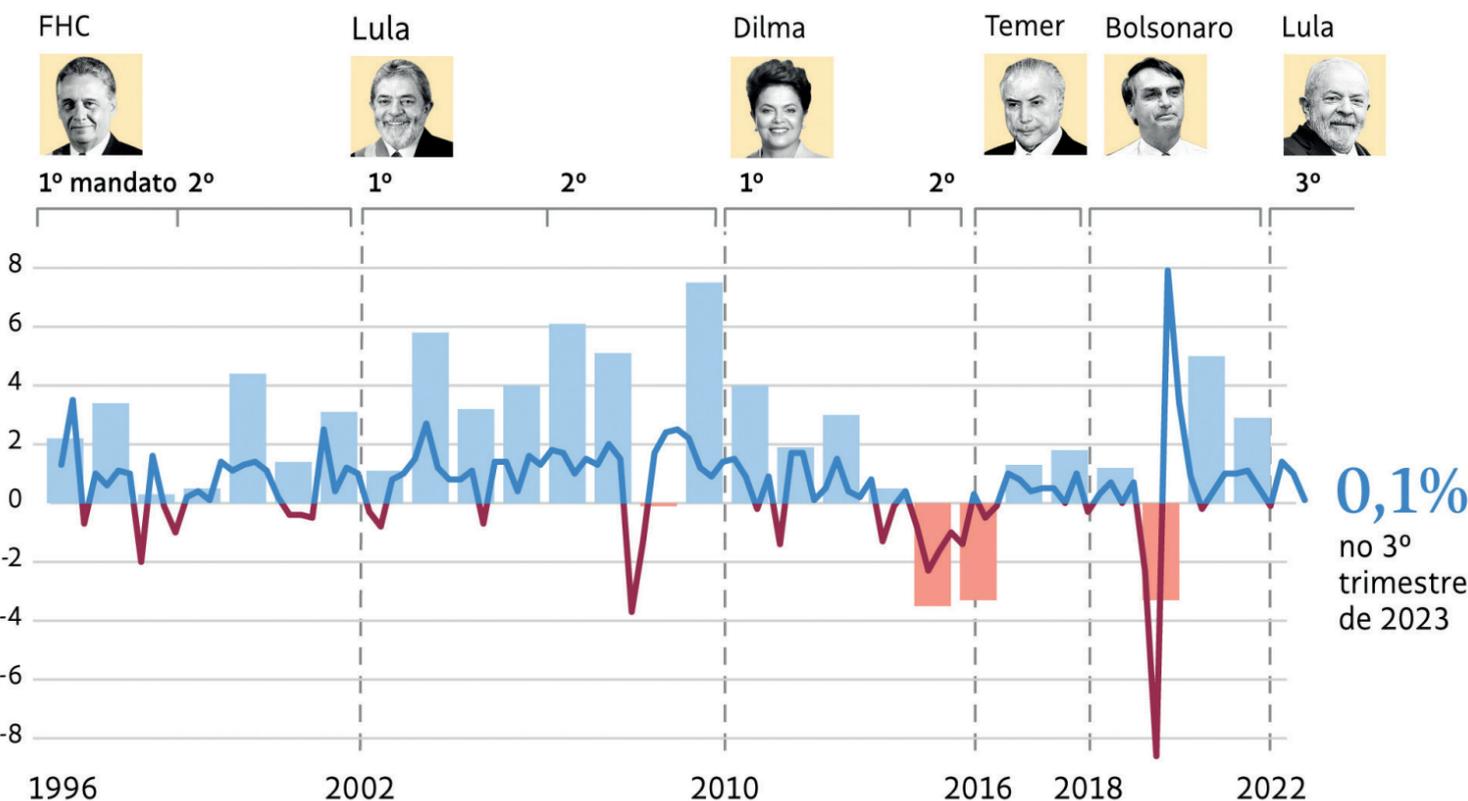
Data, Hora e Local: 08/11/2023, às 10 horas, de forma exclusivamente digital. **Convocação:** dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento de titulares das Debêntures em circulação. **Mesa:** Sr. Tharik Camocardi de Moura, Presidente, e Sra. Isabela Costa Araujo, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade:** aprovada a alteração da redação do item 6.2 (c) da Escritura, que passa a vigor com a seguinte nova redação: "Arquivo Eletrônico de Saldos": arquivo eletrônico elaborado pela a Biz Tecnologia em Meios de Pagamento Ltda., CNPJ nº 07.155.434/0001-00 e DMCARD Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., CNPJ nº 05.355.090/0001-57, na qualidade de processadoras dos Cartões ("Agente de Processamento"), contendo informações diárias sobre os saldos de Direitos Creditórios Cartões e de Direitos Creditórios CCB referentes a cada Conta de Cartões, o qual deverá incluir as seguintes informações: (1) número da Conta de Cartões; (2) saldo devido pelo Devedor titular da Conta de Cartões; e (3) a quantidade de dias em atraso; **adicional** o subitem (i) ao item 9.1 da Escritura, o qual passará a vigor com a seguinte redação: (i) formalizar, trimestralmente, novos Direitos Creditórios Cartões e Direitos Creditórios CCB para constituição da Cessão Fiduciária; **aprovada** a alteração da redação dos itens 1.3, 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3 do Contrato de Cessão Fiduciária, o qual passará a vigor com a seguinte nova redação: (i) a Fiduciante obriga-se a notificar, (a) na data de assinatura deste Contrato, o Banco Depositário, a respeito da cessão fiduciária dos Direitos sobre a Conta e das Aplicações Financeiras, nos moldes do Anexo IV ao presente Contrato; (b) respectivamente, nas datas de assinatura deste Contrato e de seu Aditamento, (1) Biz Tecnologia em Meios de Pagamento Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.155.434/0001-00 e (2) DMCARD Processamento de Dados e Central de Atendimento Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.355.090/0001-57, ambas na qualidade de processadoras dos Cartões ("Agente de Processamento"), a respeito da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Cartões, dos Direitos Creditórios CCB e dos Direitos Creditórios Repasse, nos moldes do Anexo V ao presente Contrato; e, (c) em até 5 Dias Úteis após a data de assinatura deste Contrato, os Estabelecimentos Comerciais Parceiros, a respeito da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios Repasse, nos moldes do Anexo VI ao presente Contrato; (ii) adicionalmente, a Fiduciante se obriga a enviar os comprovantes das notificações referidas no item 1.3 acima, devidamente assinadas pelo Banco Depositário e pelos Estabelecimentos Comerciais Parceiros, conforme o caso, para o Agente Fiduciário em até 10 Dias Úteis após a data de assinatura deste Contrato; (iii) Adicionalmente, a Fiduciante se obriga a enviar os comprovantes das notificações referidas no item 1.3 acima, devidamente assinadas pelo Agente de Processamento, conforme o caso, para o Agente Fiduciário em até 10 Dias Úteis após a data de assinatura deste Contrato ou em até 10 Dias Úteis após a data de assinatura do Aditamento deste Contrato; (iv) Fica, desde já, estabelecido que a eventual ausência de notificação ao Banco Depositário, ao Agente de Processamento e aos Estabelecimentos Comerciais Parceiros não poderá ser usada pela Fiduciante para contestar a validade e a eficácia da Cessão Fiduciária; **aprovada** a alteração e consolidação (1) da Escritura de Emissão nos termos da minuta do 1º Aditamento à Escritura de Emissão, e (2) do Contrato de Cessão Fiduciária, nos termos do 1º Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, cujas minutas foram apresentadas, lidas, conferidas e aprovadas integralmente pelos Debenturistas reunidos em assembleia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, sendo certo que serão assinadas as versões das minutas dos demais Documentos da Operação apresentadas aos Debenturistas na data da realização desta assembleia geral de Debenturistas; **autorizado** o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. O Agente Fiduciário consigna na presente ata que (i) verificou que constam na posição da B3, como detentores de 16,09% das Debêntures em Circulação, outros investidores, diferentes dos Debenturistas presentes nesta assembleia, porém, conforme atestado por dois dos Debenturistas presentes, esses terceiros apenas constam na posição da B3 em razão de operações compromissadas celebrada com os Debenturistas; e (ii) os referidos Debenturistas declararam, à Emissora e ao Agente Fiduciário, que todos os direitos de voto das referidas Debêntures permanecem com ele próprio, de modo que os Debenturistas presentes nesta assembleia representam 100% das Debêntures em Circulação. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São José dos Campos, 08/11/2023. **Mesa:** Tharik Camocardi de Moura – Presidente; Fabio Yugi Kobayashi – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 459.355/23-5 em 04/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 4,8943 / R\$ 4,8949 ** Câmbio livre mercado - R\$ 4,9064 / R\$ 4,9084 * Turismo - R\$ 4,9218 / R\$ 5,1018 (* cotação média do mercado (**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,14 OURO BM&F R\$ 296,000
BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: 0,30% Pontos: 126.009 Volume financeiro: R\$ 20,639 bilhões Majores altas: Grupo Soma ON (5,68%), EZ- TEC ON (5,44%), YDUQS PART ON (4,75%) Majores baixas: Engie Brasil ON (-2,69%), Hypera ON (-2,40%), Cielo ON (-2,05%) S&P 500 (Nova York): 0,8% Dow Jones (Nova York): 0,17% Nasdaq (Nova York): 1,37% CAC 40 (Paris): -0,1% Dax 30 (Frankfurt): -0,16% Financial 100 (Londres): -0,02% Nikkei 225 (Tóquio): -1,76% Hang Seng (Hong Kong): -0,71% Shanghai Composite (Xangai): -0,09% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,24% Merval (Buenos Aires): 5,29% IPC (México): 0,57%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE Abril 2023: 0,61% Maio 2023: 0,23% Junho 2023: -0,08% Julho 2023: 0,12% Agosto 2023: 0,23% Setembro 2023: 0,26%

Coroa (Suécia) - 0,4705	Peso (Chile) - 0,005627
Dólar (EUA) - 4,8949	Peso (México) - 0,2807
Franco (Suíça) - 5,5859	Peso (Uruguai) - 0,1253
Iene (Japão) - 0,03399	Yuan (China) - 0,6845
Libra (Inglaterra) - 6,1553	Rublo (Rússia) - 0,05326
Peso (Argentina) - 0,01345	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2796

O PIB do Brasil no 3º trimestre de 2023

Variação, em % ■ Anual — Trimestral



Negócios

BB realiza operação inédita com banco chinês e capta US\$ 50 mi em yuan



O Banco do Brasil realizou uma operação inédita com o BOC (Bank of China) na quarta-feira (6) e captou 350 milhões de yuans (equivalente a US\$ 50 milhões). Trata-se do primeiro financiamento em moeda chinesa feito entre instituições bancárias dos dois países, segundo o banco asiático.

O crédito foi tomado pela unidade do BB no Japão, um dos centros de liquidez que o banco brasileiro tem no exterior. De acordo com um interlocutor a par da negociação, a transação foi classificada como uma boa oportunidade de mercado para a instituição brasileira.

A medida foi adotada para garantir maior previsibilidade aos recursos alocados

na tesouraria. Como o banco atua principalmente em dólar no exterior, torna-se mais vantajoso manter esse “casamento” de operações na mesma moeda.

O montante obtido com o banco chinês poderá ser usado para financiamento de operações de comércio exterior.

A China é o destino de 30% das exportações de produtos brasileiros. Isso representa mais que o dobro do vendido para a Europa e o triplo do que vai para os EUA. Desde 2016, o país acumula superávit no comércio com os chineses.

Produtos agrícolas e minério de ferro são a maior parcela das compras chinesas. Como mostrou a Folha, a China se consolidou como o principal comprador de milho

do Brasil e vai ajudar o país a encerrar 2023 com saldo recorde na balança comercial.

Mais de 11 milhões de toneladas do cereal brasileiro tiveram o país asiático como destino neste ano. O produto só passou a ser comercializado com a China em novembro de 2022.

Embora o empréstimo em yuan feito pelo BB não seja uma operação de governo, a transação ocorre na esteira de uma série de movimentos dos dois países para testar trocas comerciais sem a necessidade do uso de dólar.

Em abril, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e da China, Xi Jinping, chegaram a um acordo, em Pequim, para incentivar transações nas moedas locais.

Nathalia Garcia/Folhapress

Ford conclui transferência da fábrica de Camaçari para o governo da Bahia

Na última terça-feira, 5, a Ford anunciou a conclusão do processo de transferência da fábrica de Camaçari para o governo da Bahia. Com essa mudança, o cenário está pronto para a instalação da montadora chinesa BYD, que já formalizou um contrato com o governo baiano.

Embora os detalhes e valores da negociação não tenham sido revelados, a Ford afirmou em comunicado que o processo teve como objetivo impulsionar o crescimento econômico e social da comunidade baiana. As instalações estiveram em operação até o ano de 2021.

Mesmo sem manter fábricas no Brasil, a Ford continua com um dos principais centros de desenvolvimento de tecnologia na Bahia. A equipe brasileira contribui e fornece soluções para 35% de todos os projetos globais de desenvolvimento de recursos da empresa.

Em entrevista, Daniel Justo, presidente da Ford América do Sul, enfatizou a importância estratégica do país para a montadora, que registrou um crescimento de 40% no ano. Ele destacou que ter um centro de desenvolvimento no Brasil é crucial, pois a empresa está exportando tecnologia e soluções.

Com a saída da Ford, a BYD assume o protagonismo. Em outubro, a empresa chinesa lançou a pedra fundamental da fábrica em Camaçari durante um evento significativo com a presença do CEO global, Wang Chuanfu. Segundo a BYD, a previsão é começar a fabricar veículos elétricos nacionais entre o final de 2024 e o início de 2025.

O investimento total no país é de pelo menos R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 1 bilhão já alocado até 2024. A nova planta na Bahia deverá gerar 5 mil empregos diretos e indiretos, contribuindo para a economia local.

Exame



Aos 100 anos, Itaú repagina marca e contrata Madonna



Em comemoração aos seus 100 anos, o Itaú Unibanco reformulou a sua marca e contratou pesos-pesados como embaixadores. Madonna, Jorge Ben Jor, Ronaldo Nazário, Fernanda Montenegro, Ingrid Silva e Marta estrelam a campanha divulgada na quarta-feira (6) que anuncia a mudança desenvolvida em parceria com as agências Africa Creative e Galeria.

A ideia é ressaltar o legado e a longevidade do banco, com o mote ‘Feito de Futuro’. O tradicional logo do Itaú perdeu o azul e o amarelo. Agora o Itaú é escrito com o “i” minúsculo em branco em um fundo laranja, cujas arestas foram arredondadas. O resultado é um aspec-

to mais “clean” e moderno.

A mudança, porém, foi criticada nas redes pelo resultado se assemelhar ao logo do banco Inter.

“Estamos lançando a nossa nova marca. Sólida como uma pedra. Cheia de cores e curvas como o Brasil”, escreveu o banco em suas redes sociais.

Apesar de centenário, o Itaú quer reforçar sua imagem de digital, moderno e tecnológico. “Ser feito de futuro é ter capacidade de perpassar os tempos e permanecer relevante, se reinventando. Esse movimento é um convite para que todos se inspirem e valorizem o tempo, a longevidade e o legado que cada um constrói em suas vidas”, afirma Thaiza Akemi, superinten-

dente de Marketing do Itaú.

Segundo o banco, as personalidades escolhidas são “pessoas cujas histórias perpassam gerações, tornando-se referência de vitalidade e perpetuidade, além de novos expoentes que começam sua trajetória e seu legado agora”.

RAIO-X | ITAÚ
Fundação: 1924, em Poços de Caldas (MG). Em 2008, o banco se juntou ao Unibanco.

Lucro líquido no 3º trimestre de 2023: R\$ 9 bilhões

Agências e postos de atendimento bancário: 3.509

Funcionários: 97,5 mil

Principais concorrentes: Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal.

Júlia Moura/Folhapress